

O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites

Maria Carla Corrochano

Helena Wendel Abramo

Laís Wendel Abramo

RESUMO

O objetivo do artigo é evidenciar as mudanças e os novos desafios presentes no modo como o trabalho e o direito ao trabalho para os jovens vem sendo tematizado no Brasil, tendo como referência os acordos construídos (assim como as divergências que se expressaram) no processo de construção da Agenda e do Plano Nacional do Trabalho Decente para a Juventude entre 2009 e 2016. Diversamente de momentos anteriores, onde a tematização do trabalho juvenil era marcada basicamente pelo problema do desemprego, argumenta-se que a ampliação da agenda dos direitos dos jovens, incluindo o direito ao trabalho, e a agregação do qualificativo “decente” a esse trabalho, exigiram a problematização das condições e da qualidade do emprego e da sua relação com as trajetórias educacionais e a vida familiar, assim como a ampliação do olhar sobre as desigualdades que marcam a condição juvenil no acesso a esses direitos, em especial as de renda, gênero, raça e território.

Maria Carla Corrochano é Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos/ Campus Sorocaba.

Helena Wendel Abramo é Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Secretária Municipal da Cultura/ São Paulo.

Laís Wendel Abramo é Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Diretora da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

PALABRAS CLAVE

JUVENTUDE. JOVENS. TRABALHO. POLÍTICAS PÚBLICAS. DIÁLOGO SOCIAL.

ABSTRACT

The objective of this article –“Youth work on the Brazilian public agenda: advances, tensions, limits”– is to highlight the changes and the new challenges in the way in which work and the right to work for young people are being addressed in Brazil, having as reference the agreements that have been reached (as well as the differences that have been expressed) in the process of the construction of the Agenda and the Decent Work National Plan for Youth between 2009 and 2016. Unlike in earlier times, when the conceptualization of youth work was basically marked by the problem of unemployment, it is argued that the expansion of the youth rights agenda, including the right to work, and the addition of the “decent” qualification to this work, required the problematization of the conditions and quality of youth employment and its relationship with educational trajectories and family life, as well as expanding the focus on inequalities which mark the situation of youth with respect to accessing to these rights, especially income, gender, racial and territorial inequalities.

KEY WORDS

YOUTH. YOUNG PEOPLE. WORK. PUBLIC POLICIES. SOCIAL DIALOGUE.

Nos últimos 15 anos o Brasil, assim como outros países da América Latina, atravessou significativas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Especialmente entre os anos de 2002 e 2014, a América Latina experimentou um importante processo de redução da pobreza e da desigualdade de renda, assim como avanços expressivos em outros âmbitos do desenvolvimento social, como saúde, educação e trabalho. Tais mudanças positivas ocorreram em um contexto econômico favorável, no qual os países da região expandiram sua capacidade de investimento público na área social e em um ambiente político no qual os temas da erradicação da pobreza e da diminuição da desigualdade adquiriram prioridade inédita na agenda pública e foram desenvolvidas políticas ativas de inclusão social, econômica e laboral. A agenda de direitos se fortaleceu e avançou-se na superação de uma visão reducionista das políticas focalizadas de combate à pobreza que predominou nas décadas de 1980 e 1990, reafirmando a importância das políticas sociais de caráter universal, em especial as relativas à educação, saúde e proteção social (CEPAL, 2016a e 2016b).

Nesse mesmo período desenvolveram-se no Brasil duas tendências no plano político e institucional que propiciaram o surgimento e/ou fortalecimento de novas agendas. A primeira é o aumento dos espaços de participação e consulta cidadã em torno da formulação e implementação das políticas públicas, entre eles a criação de conselhos reunindo governo e sociedade civil e conferências nacionais que ampliam em número e temáticas (Avritzer, 2012; Abramo, Araujo e Bolzon, 2013). A segunda é o surgimento de mecanismos governamentais encarregados da formulação de políticas de caráter transversal para segmentos específicos da população (entre os quais os jovens)¹, instrumentos importantes na institucionalização dos novos direitos trazidos pela Constituinte de 1988.

A geração que viveu sua juventude neste período foi, de modo geral, positivamente afetada por essas transformações: pode experimentar possibilidades de inclusão e melhoria da qualidade de vida, dadas pelo avanço da escolaridade, pela elevação da renda de suas famílias, pela ampliação de suas oportunidades de trabalho, incluindo o emprego formal, e pelo maior acesso aos meios de comunicação e informação, assim como pela

1 Em 2003, são estabelecidas as secretarias nacionais de Políticas para as Mulheres (SPM), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Direitos Humanos (SDH), diretamente vinculados à Presidência da República (e os conselhos em cada uma dessas áreas) e, em 2005, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE).

abertura de espaços de participação. Isso não significa, contudo, que os problemas vividos pelos jovens tenham sido superados. Persistem profundas desigualdades, que resultam em situações graves de exclusão, além de precariedades e instabilidades na inclusão alcançada, ainda longe de serem solucionadas. Questões relacionadas a esses problemas foram trazidas para a cena pública por uma série de atores jovens, que lutaram para incluí-las nas pautas de reivindicação de direitos e participaram dos processos de debate sobre as políticas que os afetam. Desse modo, pode-se constatar mudanças significativas também na agenda pública² sobre a juventude, no interior da qual o tema do trabalho, eixo central desse artigo, ganha relevância. Ampliou-se o espaço teórico, político e institucional para lidar tanto com o tema do direito ao trabalho para os jovens quanto com as desigualdades de renda, gênero, raça e etnia e território específicas da situação juvenil.

O objetivo deste artigo é apontar as mudanças e os novos desafios no modo como o direito ao trabalho para a juventude vem sendo tematizado no Brasil nesse último período. Argumentamos que as transformações nas condições sócioeconômicas e os avanços institucionais e nas políticas públicas contribuiriam para introduzir novos temas no debate sobre trabalho juvenil, produzir novos olhares sobre as informações disponíveis, fortalecer canais e processos de diálogo político e social e produzir avanços na formulação de diretrizes e estratégias de ação, expressas principalmente na construção de uma nova agenda de políticas relativas ao trabalho dos jovens, organizada sob a perspectiva dos direitos.

A reflexão aqui produzida ancora-se na produção acadêmica, na análise de documentos e na observação das autoras no processo de construção de um conjunto de diretrizes e princípios dirigidos à juventude no campo do trabalho: a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude,

2 O conceito de “agenda” aqui apresentado segue a formulação de Kingdon (1995), referindo-se aos temas e problemas sobre os quais o governo e atores que influenciam o cenário político concentram sua atenção num determinado momento político. Ainda na perspectiva do autor, em determinados cenários, a convergência de diferentes fluxos de problematização de um tema pode encontrar condições favoráveis que possibilitem a formulação de uma nova agenda propondo uma mudança política. Na formulação da Agenda de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil encontramos os elementos sugeridos por Kingdon para tal confluência: o surgimento ou reconhecimento de um problema pela sociedade em geral; a existência de ideias e alternativas para conceituá-los (originadas de especialistas, pesquisadores, gestores e atores sociais, dentre outros); um contexto político, administrativo e legislativo favorável ao desenvolvimento da ação (Kingdon, 1995).

aprovada e lançada em 2010, e o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, amplamente debatido entre os anos de 2013 e 2016, mas que teve seu processo de aprovação interrompido diante da mudança do contexto político, ambos elaborados no Subcomitê da Juventude do Comitê Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Este foi um dos espaços de diálogo social tripartites instituídos no processo de construção de uma agenda de trabalho decente no Brasil (Silva *et al*, 2015; Corrochano e Abramo, 2016), reunindo diversas instâncias do governo federal, organizações da juventude, centrais sindicais, confederações empresariais, pesquisadores e outras entidades da sociedade civil, com apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Como em toda agenda construída em espaços de negociação com tão diferentes atores, distintas visões se confrontaram e proposições ligadas a projetos políticos em disputa pontuaram permanentemente o debate. Contudo, a confluência dos processos citados acima permitiu que fosse construída uma base de compreensão comum, avançando na pauta das questões relativas ao trabalho e ao direito ao trabalho dos jovens e em muitos pontos foi possível pactuar diretrizes e estratégias para o seu enfrentamento; ao mesmo tempo, velhas e novas tensões foram configuradas. Se, no processo de construção da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTD), em 2010, chegou-se a um consenso para a elaboração de um documento no Subcomitê da Juventude (Corrochano e Abramo, 2016), o mesmo não ocorreu, na conjuntura de crise política de 2015, em relação ao Plano Nacional de Trabalho Decente para Juventude (PNTD). Assim, além de discutir as mudanças e os novos desafios presentes no modo como o trabalho e o direito ao trabalho para as jovens gerações vem sendo tematizado no Brasil nos últimos 15 anos, também pretendemos, no decorrer de nossa análise, apontar os acordos, consensos e tensões presentes na construção desta agenda pública.

Focalizaremos, neste artigo, apenas alguns pontos dessa agenda, considerando sua relevância e as controvérsias que têm provocado, nacional e internacionalmente, no debate público: a) o reconhecimento e a proposição de ações em torno das demandas e dificuldades de conciliação entre trabalho, escola e vida familiar, particularmente entre as jovens mulheres das camadas populares, que exigem um novo olhar para a chamada “inserção juvenil” e para o tema das múltiplas desigualdades (classe, gênero, cor/raça ou região de moradia); b) a questão dos jovens que não estão estudando nem ocupados no mercado de trabalho, que foram

denominados “jovens nem-nem” no debate nacional e internacional; denominação que será aqui problematizada; c) a questão da qualidade do trabalho, expressa especialmente em torno do debate sobre o tema da informalidade.

Por fim, cabe considerar que a relevância dessa análise se acentua na atual conjuntura de profunda crise econômica, social e política vivida pelo país, na qual não apenas se interrompem vários dos avanços até então observados, como são enfraquecidas políticas públicas que vinham sendo implementadas e limitados os espaços participativos de formulação das políticas³ incluindo o mencionado Subcomitê da Juventude e o próprio processo de construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES JUVENIS: TRABALHO, EDUCAÇÃO E VIDA FAMILIAR

Uma das ideias clássicas em sociologia da juventude é de que a condição juvenil se caracteriza pela passagem da situação de criança para a de adulto e de membro dependente da família de origem para a de responsável por si e pela própria família. Isso implica o desenvolvimento de uma trajetória de uma posição a outra na família e na sociedade, com percursos que dizem respeito, entre outras coisas, à situação de atividade (como estudar e trabalhar), à autonomia e independência financeiras (situação de moradia, papel na organização familiar, como provedor ou dependente) e a possibilidades de interação social, como circulação pelo território, relação com os grupos e redes sociais e participação política. É, portanto, um momento crucial de formulação de projetos de vida, de escolhas e de construção de caminhos (Abramo, 2005).

Assim como a própria categoria juventude, o olhar específico para a condição dos jovens no universo do trabalho e sua transformação em problema político é também uma construção social e histórica (Dubar, 2001) e foi marcado por um modo linear de compreender e enfrentar a questão. Analisando essa temática no contexto dos países centrais e

3 Ainda que não seja objetivo desse artigo, cabe destacar o papel que vários movimentos e ações coletivas, em muitos casos protagonizadas por segmentos juvenis, têm desempenhado na perspectiva de resistir ao fechamento de espaços de diálogo e ao enfraquecimento de um conjunto de ações públicas em várias instâncias de governo. Sobre isso, ver: ANPED, 2016; Corti, Corrochano e Alves, 2016.

especialmente na França, Claude Dubar (2001: 111) evidencia que o “dever de inserção”, significando o encontro de um lugar no mercado de trabalho finalizada a escola básica ou a universidade, bem como a construção de ações públicas para apoiar esse processo, nem sempre existiu. Para o autor, ambas resultam de duas conjunturas históricas precisas: um primeiro momento, no final do século XIX, quando a expansão do assalariamento e da escolarização consagram a separação entre atividade e saber, trabalho e formação, vida profissional e educação escolar.

A própria *condição juvenil* estaria ligada a esse processo, caracterizando-se como o tempo de dedicação aos estudos e de adiamento da entrada no mundo do trabalho. Esta condição atingiu inicialmente os homens das camadas privilegiadas da sociedade para apenas no século XX estender-se aos demais segmentos da população (Levi e Schmitt, 1996; Dubet, 2001). Especialmente em função da expansão do processo de escolarização e das lutas em torno da proibição do trabalho de crianças e adolescentes, a possibilidade de vivência da condição juvenil amplia-se também para as camadas populares, mas de maneira bastante desigual e nem sempre significando o afastamento do mundo do trabalho e a dedicação exclusiva aos estudos, especialmente considerando a especificidade do processo de transição escola-trabalho nos países da América Latina (Hasenbalg, 2003)

O segundo momento se caracterizaria pela massificação escolar e pela crise do trabalho assalariado e enfraquecimento dos mecanismos de proteção social que marcaram os países ditos centrais a partir da década de 1970. O cenário predominante a partir do final da Segunda Guerra Mundial, de quase imediata aquisição de uma ocupação regular ao final da escolarização obrigatória, deu lugar a um processo de “inserção” profissional cada vez mais difícil, longo e aleatório (Dubar, 2001). Pode-se dizer que a crise dos anos 1970 e seus impactos nas trajetórias juvenis, particularmente relativos ao trabalho, impulsionou a emergência de um novo campo de preocupações no interior da sociologia da juventude, mais próximo à dimensão econômica (Casal, 1996), ao mesmo tempo em que a preocupação com a inserção de jovens, ou com a transição escola-trabalho, torna-se um problema social e objeto de política pública.

Entretanto, a própria ideia de transição modifica-se e ganha marcos diversos de interpretação no interior dos estudos de juventude a partir desse período (Miranda, 2015). Torna-se cada vez mais evidente que as dificuldades de inserção juvenil no mercado de trabalho não poderiam ser tomadas de modo isolado, já que afetavam a transição para a vida

adulta como um todo. Nesse sentido, a transição passa a ser compreendida em sua multidimensionalidade. Os percursos para a vida adulta podem tornar-se menos previsíveis, marcados por reversibilidades, configurando o que Pais (2001) interpretou como “trajetórias ioiô”. O autor aprofunda a discussão em torno das continuidades e discontinuidades das trajetórias, articulando o conceito de trajetória a vários outros: “vida familiar”, “vida escolar”, “vida profissional”, argumentando que os “pontos de inflexão” em uma dimensão podem influenciar todas as demais, virando e revirando os rumos da vida (Pais, 2001: 58).

Mas se a noção de trajetória, e especialmente de “trajetórias ioiô”, marca uma virada importante na concepção de “transição juvenil” (Miranda, 2015), é preciso também destacar que as reversibilidades e discontinuidades não necessariamente estão presentes ou se configuram do mesmo modo nos trajetos do conjunto da população juvenil. Nesse sentido, ganham relevância os estudos que focalizam a particularidade das trajetórias em diferentes espaços geográficos, considerando as diferenças e desigualdades que marcam as vidas de jovens de diferentes países, de áreas rurais e urbanas, de jovens homens e mulheres, de diferentes pertencimentos de classe e étnico-raciais, dentre outros aspectos (Camarano, 2006; Guimarães, Marteleto e Brito, 2016; Miranda, 2015; Morrow, 2014)

Nessa perspectiva, as análises também evidenciam a importância de políticas públicas que considerem não só os percursos implicados nessa transição, mas as diversidades dos tipos de transição vivenciados pelos jovens. Que tipo de suportes (Martuccelli, 2002)⁴ as políticas existentes oferecem para que os jovens enfrentem esses trânsitos; quais seriam os necessários? A depender do contexto nacional e das políticas existentes, os trânsitos para a vida adulta e os dilemas enfrentados nesse processo serão muito diversos (Van de Velde, 2004).

No caso do Brasil e de vários outros países da América Latina, a presença do trabalho, mesmo antes da idade legal para o exercício de uma ocupação, assim como a combinação do trabalho com os estudos constituem marcas da condição juvenil. A despeito disso, pode-se dizer que o debate sobre o lugar do trabalho e de seus entrelaçamentos com a

4 Na acepção de Martuccelli (2002), cada vez mais os indivíduos contam com “suportes” para se construir na contemporaneidade. Estes podem ser reais ou imaginários e não importam quantos sejam, mas sim o papel que desempenham nas experiências dos indivíduos. Aqui, utilizamos a noção de suporte na perspectiva do apoio derivado das ações estatais.

educação e a vida familiar na construção de ações públicas dirigidas a jovens é bastante recente.

A TEMATIZAÇÃO DO TRABALHO JUVENIL E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A formulação de políticas públicas para juventude no Brasil tem início a partir da década de 1990, quando começam a ser implementadas ações em diferentes municípios e algumas políticas específicas em nível federal. Essas ações ainda se pautavam por uma representação da juventude como uma etapa problemática, especialmente quando tal categoria referia-se à experiência de certos grupos e setores da população brasileira: pobres, negros, moradores das grandes periferias urbanas e mulheres. Os jovens foram vistos como ameaças à ordem social e interpretados a partir de questões –violência, consumo de drogas, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis– que realçavam as imagens de risco e transgressão. Tais imagens, todas parciais, não percebiam os jovens como sujeitos de direito e nem permitiam a elaboração de políticas públicas que considerassem seus interesses imediatos e, tampouco, suas demandas e necessidades reais no tempo presente e no futuro, como pontos de partida estruturantes para programas comprometidos com o seu desenvolvimento (Abramo, 1997).

Nesse contexto, a tematização do trabalho juvenil foi fortemente marcada pelo problema do desemprego e aumento da informalidade e da precarização do trabalho, em um período (anos 1990) em que predominavam baixas taxas de crescimento econômico, abertura comercial desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), abrupta queda do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações e terceirização de atividades (DIEESE, 2012). As experiências do desemprego e do desalento passaram a constituir graves questões sociais, vividas de maneira particularmente dramática pelos jovens e, em especial, para grupos ou segmentos historicamente afetados pelos padrões de desigualdade, como as jovens mulheres, os jovens em situação de pobreza e os jovens negros e negras. Não por acaso, o período assinalou a emergência de uma série de estudos e debates em torno do desemprego juvenil (Corrochano e Nakano, 2009; OIT, 1999).

As ações dirigidas ao enfrentamento das altas taxas de desemprego juvenil se concentraram na elevação da escolaridade e qualificação profissional, seguindo as saídas construídas para a população adulta como um

todo (Rua, 1998). Ao mesmo tempo, cabe assinalar que, diversamente do que se observava em outros países, onde a busca por saídas ao desemprego juvenil ganha a cena pública por sinalizar de maneira mais intensa a crise econômica e social como um todo (Dubet, 2001), no Brasil, a preocupação estava mais fortemente relacionada ao temor de que a situação de desemprego pudesse contribuir para aproximar os jovens de condutas criminosas, dada uma ociosidade forçada, propiciadora de um tempo livre perigoso (Madeira, 2004; Sposito, 2007).

Seguindo análise de Corrochano (2012), um rápido olhar para o conjunto das ações públicas dirigidas a jovens no Brasil, especialmente no campo do trabalho e até a metade dos anos 2000, revela que o público prioritário das ações era constituído geralmente por jovens de baixa renda, cujas nomeações eram diversas: excluídos, vulneráveis, em situação de risco, numa abordagem mais próxima dos objetivos e metodologias da política de assistência social que de trabalho. De modo geral, havia uma preocupação com a manutenção ou retorno desses jovens à escola, constituindo-se esse em alguns casos critério de seleção e permanência no programa, cuja duração média era de seis meses.

As alterações observadas no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2004, em função da progressiva diminuição do desemprego e expansão do assalariamento e da formalização do emprego, terão importante impacto nos indicadores relativos à situação juvenil no mercado de trabalho. É também nesse período que começa a se fortalecer um outro modo de conceber as políticas públicas para a juventude. A mobilização de setores da sociedade brasileira – organizações da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, gestores governamentais de diferentes instâncias etc., assim como dos próprios jovens e de organizações juvenis– contribuíram para a emergência e consolidação de uma perspectiva segundo a qual a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, para a qual o Estado e a sociedade devem estar atentos e estruturar políticas públicas capazes de garantir a cidadania e a plena satisfação de seus direitos em diferentes domínios da vida. Tal perspectiva passa a reconhecer a juventude como um momento marcado por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades (Abramo 2005; Brasil, 2010; CONJUVE, 2006; Abramo *et al.*, 2008; Sposito, 2007).

Ainda que no imaginário brasileiro diferentes paradigmas permanecem coexistindo –*juventude como problema* e *juventude como sujeito de direitos*

e de políticas, dentre outros–, os marcos legais e os parâmetros para a formulação de políticas públicas centradas no atendimento das demandas e necessidades dessa população começam a incorporar essa construção mais recente, na qual os jovens são reconhecidos como sujeitos com necessidades e potencialidades singulares em relação a outros segmentos etários e que, por isso, demandam estruturas e suportes adequados. A construção de algumas instituições no âmbito governamental, tais como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) em 2005, é parte desse processo de mudança no olhar para a juventude e para as políticas públicas direcionadas a esse segmento (Silva *et al.*, 2015)

No entanto, a despeito dos importantes avanços, as formulações e ações no campo do direito ao trabalho das jovens gerações tardaram um pouco mais a aparecer. As ações no campo do trabalho permaneciam incipientes, com tempo e público determinados, circunscrevendo-se a programas de caráter pontual. Naquele momento, o próprio campo que impulsionava a criação de uma “política nacional de juventude” estava dividido com relação a esse tema, reproduzindo o debate que, desde os anos 1990, prevalecia em torno da estratégia de enfrentamento do desemprego juvenil: apoiar sua inserção ou adiar o ingresso no mundo do trabalho? Incorporado ao processo de afirmação de direitos para os jovens, essa tensão se reproduzia na polarização: garantir o direito ao trabalho ou o direito ao “não trabalho”?⁵ No entanto, aspectos relacionados às condições de trabalho, jornada e salários dos jovens apareciam de maneira muito tímida no debate público e estavam ausentes no campo das ações governamentais (Abramo, 2012 e 2013; Constanzi, 2009; Gonzalez, 2009).

Pode-se dizer que foi a construção da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ) e posteriormente do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNDTJ) que buscou enfrentar esses

5 O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), implementado em 2003, foi uma tentativa de resposta à primeira questão, mas teve curta duração, sendo desativado, na parte principal de suas ações, cerca de dois anos depois de iniciado. Uma outra estratégia de enfrentamento da questão foi desenvolvida pelo Programa Bolsa Trabalho (Corrochano, 2012 e 2013; Gonzalez, 2009), implementado entre os anos de 2001-2004 no município de São Paulo: este programa procurou afastar-se das estratégias de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho e conformar uma nova percepção e um novo modo de enfrentar a questão do desemprego juvenil no interior de uma estratégia mais ampla de inclusão social, por meio de ações de transferência de renda e elevação da escolaridade (Pochmman, 2003).

desafios e colocar o tema em uma outra perspectiva, como procuramos demonstrar a seguir.

A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA E DE UM PLANO DO TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE: PROCESSO E PRESSUPOSTOS INICIAIS

A ANTDJ e, posteriormente, o PNTDJ resultam do encontro entre as formulações da SNJ e do CONJUVE, do MTE e da OIT, em torno do direito a um trabalho decente para a juventude.⁶ Sua formulação resulta da confluência entre a noção dos jovens como sujeito de direitos, formulada no interior do campo das políticas de juventude e consubstanciada nos novos espaços institucionais do governo nacional (principalmente SNJ e CONJUVE), e a noção de trabalho decente, impulsionada como agenda governamental através do compromisso firmado entre o governo nacional (liderado pelo Ministério do Trabalho e Emprego) e a OIT.

No Brasil, a promoção do Trabalho Decente passou a ser um compromisso assumido entre o governo e a OIT a partir de 2003, tendo continuidade com a elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente (Brasil, 2006) e do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (Brasil, 2010).⁷ A mobilização em torno da construção de uma agenda nacional do trabalho decente para a juventude (ANTDJ) tem como referência esse processo, assim como a meta estabelecida em 2006 pela Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD) de reduzir pela metade, até 2015, na região das Américas, o número de jovens que, em 2006, não estavam estudando nem ocupados no mercado de trabalho. A ANTDJ e também o PNTDJ foram elaborados no âmbito do Subcomitê da Juventude do Comitê Interministerial da ANTD, a partir de um processo de diálogo social que incorporou, além

6 Por trabalho decente compreende-se um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir uma vida digna para homens e mulheres. A noção se apoia em quatro pilares fundamentais: a) o respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) a promoção do emprego de qualidade; c) a extensão da proteção social; e d) o diálogo social (OIT, 2006).

7 Para uma descrição e análise mais detalhada desse processo, ver Abramo 2010 e 2016 e Brasil, 2006 e 2010.

dos três atores clássicos do tripartismo, tal como definido pela OIT,⁸ outros atores percebidos como significativos no processo de formulação e implementação das ações públicas dirigidas a jovens no país. Isso foi importante, como apontado anteriormente, em função do caráter recente da presença do tema da juventude nas políticas públicas do Brasil, especialmente no âmbito do trabalho, e o fato de suas demandas ainda não se configurarem em componentes consolidados das organizações gerais de representação nem dos trabalhadores (centrais sindicais) nem dos empregadores (confederações empresariais).

Assim, para além de diferentes instâncias do governo,⁹ confederações empresariais e centrais sindicais,¹⁰ também integraram o Subcomitê o CONJUVE e o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), ambos com representação governamental e da sociedade civil. Esse conjunto de atores integrou o Grupo de Trabalho Consultivo do Subcomitê que, ao longo de diversas reuniões, realizadas entre os anos de 2009 e 2010, em um intenso e processo de diálogo social, chegou a um consenso em torno ao texto da ANTDJ, finalizada em outubro de 2010 (Brasil, 2011; Corrochano e Abramo, 2016).

É preciso ressaltar aqui o papel que certos atores (pesquisadores ou “especialistas” do campo da juventude e da sociologia do trabalho, alguns deles participando dos espaços institucionais recém criados, lideranças

8 A OIT entende por diálogo social qualquer tipo de negociação, consulta ou simplesmente troca de informações entre representantes dos governos, empregadores e trabalhadores em assuntos de interesse comum relacionados às políticas econômicas e sociais (OIT, 2007). Portanto, este conceito compreende desde processos mais básicos de troca de informações e de consultas, até as negociações macrossociais, acordos sociais e negociação coletiva (Femenía *et al.*, 2007). Tradicionalmente, os atores sociais clássicos do diálogo social, na visão da OIT, são os governos, as organizações de empregadores e as organizações de trabalhadores. No entanto, as diversas formas desse diálogo, bem como a identificação dos sujeitos que dela participam estão profundamente relacionadas ao contexto cultural, histórico, econômico e político das sociedades onde se realizam, bem como aos temas que são objeto desse diálogo (oit, 2007).

9 Além do MTE, compunham o Subcomitê os seguintes ministérios: Ciência e Tecnologia, Previdência Social, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário; as secretarias de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

10 Confederações empresariais: Confederação Nacional da Indústria; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Confederação Nacional do Transporte, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária; Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

juvenis compoendo as organizações de trabalhadores e empregadores), com a assistência técnica da OIT, tiveram na conformação dessa nova abordagem sobre o tema do trabalho para jovens. Formou-se, nesse ambiente, o que se pode chamar de uma “comunidade epistêmica”,¹¹ que não só trouxe para o centro do debate uma série de estudos, pesquisas e conceitos que tinham circulação ainda restrita no meio acadêmico, ou demandas ainda minoritárias e pouco visíveis na militância social, mas também estimulou a produção de novos termos e conceituações para formular uma abordagem inovadora inclusive para as organizações das quais eram representantes.

A grande mudança de abordagem estabelecida nesse processo foi a afirmação de que o trabalho é uma parte importante da experiência juvenil. O trabalho não é apenas ponto de chegada da transição, e/ou consequência do percurso educacional, mas *experiência constituinte do processo de transição para a vida adulta, e, portanto, da vida juvenil* que tanto influencia como é influenciado pela trajetória educacional. Apenas para dar uma dimensão da magnitude dessa questão na vivência juvenil, em 2014, 63% dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, ou seja, cerca de 35,6 milhões de jovens, estava inserida no mundo do trabalho, seja trabalhando ou já vivendo a experiência do desemprego (Brasil, 2014).¹²

Portanto, o tema do trabalho dos jovens não pode ser medido apenas a partir do grau de escolarização ou qualificação de que eles necessitam ou dispõem ao ingressar no mercado de trabalho ou ao buscar um novo emprego ou ocupação. Do mesmo modo, a superação dos problemas dos jovens no campo do trabalho também não se equacionam com a resolução da situação educacional, embora esta seja um componente essencial.¹³ Se os jovens participam do mundo do trabalho, sua experiência nesse campo

11 Rocha (2012: 64) nos lembra que “a comunidade epistêmica de especialistas que se formou torno do tema da juventude teve papel significativo no processo de aglutinar os demais atores da sociedade e sobretudo de formular alternativas, isto é propostas de ações governamentais para as juventudes”.

12 A análise e apresentação de dados estatísticos em relação à situação juvenil no mercado de trabalho no Brasil não será objeto desse artigo, mas alguns dados poderão ser apresentados em função do debate considerado. Para um olhar mais amplo sobre os dados consultar, dentre outros, Brasil, 2011; Corseuil e Botelho, 2014; PNTD, 2016.

13 Por esse motivo a primeira prioridade da ANTD é “Mais e melhor educação”, entendendo que esse é o ponto de partida necessário para a construção de uma trajetória de trabalho decente para os e as jovens.

deve ser compreendida e abordada também com ações e políticas públicas na própria dimensão laboral e relacionadas ao seu direito ao trabalho e às condições em que este se exerce, ao lado da constante luta pela erradicação do trabalho infantil e pela possibilidade de dedicação aos estudos para adolescentes e jovens até o término da educação básica.

A discussão no Subcomitê buscou, desse modo, suplantando os termos do debate tal como era travado até então no Brasil, polarizado entre estratégias para a maior postergação possível da entrada no mundo do trabalho para lograr uma maior dedicação aos estudos e assim melhorar as condições de inserção laboral, ou promover essa inserção para evitar a inatividade. A nova perspectiva desenvolvida buscava superar essa falsa dualidade, chamando atenção para o fato de que há que se examinar *as condições em que o trabalho é exercido* e promover garantias de que essa inserção não seja prejudicial ao seu desenvolvimento integral, do qual a educação é parte fundamental (Corrochano e Abramo, 2016). Ou seja, a ideia de reconhecer e promover o *direito ao trabalho decente* exige que o diagnóstico vá além da problematização da situação de atividade ou inatividade e examine a qualidade desta inserção (o que inclui a condição de formalidade do emprego, do salário, da jornada de trabalho, da existência de contrato e proteção social, direito à sindicalização e à negociação coletiva etc.). Mais que isso, exige compreender como as condições de exercício do trabalho interferem no percurso escolar e laboral desses jovens, ou seja, qual o sentido que adquirem em suas trajetórias de desenvolvimento, inclusão social e aquisição de autonomia.

A ANTDJ adotou a mesma definição de juventude que a do Estatuto da Juventude (em termos etários, dos 15 aos 29 anos). Cabe destacar que, em seu processo de elaboração, foram consideradas as orientações já estabelecidas no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador, partindo do pressuposto –estabelecido pela legislação nacional– de que os 16 anos constituem a idade mínima para a admissão ao trabalho no país. Isso significa que qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho antes dessa idade deve ser erradicado, com exceção das situações de aprendizagem estabelecidas pela Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), a partir dos 14 anos. A defesa de oportunidades de trabalho decente para os adolescentes (a partir dos 15 anos) abordada na ANTDJ e no PNDTJ se faz, portanto, dentro desse quadro normativo e se limita às situações de aprendizagem protegidas pela referida lei.

Foram quatro as prioridades estabelecidas pela Agenda: a) mais e melhor educação; b) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; c) inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e tratamento; d) diálogo social: juventude, trabalho e educação. Para cada uma dessas prioridades foi definido um amplo conjunto de linhas de ação, cada uma delas acordada no processo de diálogo social.

A conformação desta agenda reflete, desse modo, um avanço relacionado com o contexto político do momento, representado pelos dois mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva, no qual uma série de direitos plasmados pela Constituição de 1988 foram incorporados à legislação ordinária e a novas propostas de políticas públicas e em que se amplia o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e direitos legítimos” (Dagnino, 2004: 32). Reflete também o ambiente ou o “humor nacional” (Kingdon, 1995) no qual se desenvolve um esforço de pactuação para a construção de grandes agendas nacionais, envolvendo tanto empresários como trabalhadores, e que se refletiu na possibilidade de consensuar a ANTDJ em 2010.

A proposição central dessa agenda foi sendo incorporada por diversos atores sociais e setores governamentais, repercutindo também em instrumentos jurídicos, como se observa no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), importante marco legal elaborado pelo parlamento e sancionado pela Presidência da República em 2013, que estabelece uma “carta de direitos” dos jovens brasileiros. Ainda que não haja uma referência explícita ao termo “trabalho decente” na seção III do Estatuto, que trata do direito dos jovens ao trabalho, nos artigos que compõe tal seção estão descritos elementos centrais do conceito e de diretrizes da ANTDJ (como no Artigo 14º, onde se afirma que o jovem tem direito “à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social”).

Após o lançamento da ANTDJ, o Subcomitê definiu a necessidade de divulgar e discutir o mais amplamente possível os seus conteúdos e, ao mesmo tempo, avançar na elaboração de um Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNTDJ), que apresentasse estratégias para a concretização dos desafios relacionados à promoção do trabalho decente para jovens no Brasil, o que foi feito, pelo próprio Subcomitê da Juventude, entre 2013 e 2015.

AVANÇOS E LIMITES, ACORDOS E TENSÕES NA PACTUAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE

A estrutura do PNTDJ seguiu os pressupostos e prioridades definidos na ANTDJ, sendo composto por quatro capítulos (Mais e melhor educação; Conciliação entre os tempos de estudo, trabalho e da vida familiar; Inserção ativa e digna no mundo do trabalho; Diálogo Social), cada um deles contendo um breve diagnóstico com os dados relativos aos avanços, limites e políticas públicas relacionadas ao eixo em questão, bem como os desafios e estratégias de ação.

O processo organizado pelo Subcomitê da Juventude para a construção do PNTDJ incluiu uma atualização do diagnóstico que havia embasado, em 2009, a construção da ANTDJ, dado que havia indícios de importantes transformações na situação dos jovens nos âmbitos da educação e do trabalho desde então, e que era preciso identificar os principais desafios que permaneciam. Decidiu-se comparar os dados de 2006 (marco do diagnóstico construído para a ANTDJ) e os de 2013, ano dos dados mais atualizados disponíveis no momento da formulação do PNTDJ.¹⁴

Nessa fase, intensificou-se a participação do IPEA, que teve um papel muito importante na atualização do diagnóstico. A definição das variáveis e das linhas interpretativas foi sendo compartilhada pelos técnicos do IPEA com os membros do Subcomitê.¹⁵ Foram bastante importantes também os estudos e pesquisas liderados pela OIT, que conservou a “comunidade epistêmica” em torno do tema e possibilitou a produção de informações e interpretações que fizeram avançar aspectos de diagnóstico ainda não suficientemente explorados.

14 Parte dessa análise pode ser encontrada em: Costa e Oliveira, 2015; Corseuil e Franca, 2015; PNTDJ, 2016; Silva, Macedo e Figueiredo, 2015. Cabe ressaltar que na finalização do texto do diagnóstico, os dados foram atualizados com a PNAD de 2014 (Brasil, 2014) já divulgados naquele momento.

15 Este trabalho também envolveu a apresentação ao Subcomitê de pesquisas relevantes realizadas no período recente sobre o tema, tais como “Agenda Juventude Brasil” (Brasil, 2013) e “Investindo na Juventude” (OCDE, 2013), dentre outras. Nesse mesmo período, e animado pelo processo de debate ancorado no Subcomitê, a OIT realizou uma série de pesquisas sobre o tema da transição entre escola e trabalho dos jovens, a partir do Projeto Work4Youth, pesquisa que no Brasil foi denominada “Transição Escola-Trabalho (TET). O projeto W4Y foi fruto de uma parceria entre o Programa Emprego Jovem da OIT e a Fundação MasterCard, envolvendo 28 países, dos quais 5 na América Latina e Caribe (Brasil, Colômbia, El Salvador, Jamaica, Peru). (Ver Venturi e Torini, 2014).

Além da atualização dos dados, procurou-se, neste diagnóstico, aprofundar a análise sobre a grande *heterogeneidade das situações juvenis* e significativas *desigualdades* na situação de trabalho, a fim de avançar na proposição das formas de revertê-las na perspectiva de garantir, para todos e todas, o exercício do direito ao trabalho decente. Para isso os dados estatísticos foram desagregados, sempre que possível, por sexo, raça/cor, situação urbana e rural, renda familiar e faixas etárias relacionadas às diferentes etapas da vida juvenil.

Nos debates para estabelecer o diagnóstico, assim como nos estudos e pesquisas que se fizeram em torno dos trabalhos do Subcomitê (principalmente pelo IPEA e OIT), foi incorporado o referencial já bastante desenvolvido na sociologia da juventude, tal como anteriormente evidenciado neste artigo, de considerar as situações de atividade dos jovens na perspectiva das trajetórias implicadas nos processos de transição para a vida adulta. A partir dessa perspectiva, os dados foram organizados levando sempre em consideração as faixas etárias que configuram momentos distintos da vida juvenil, como a *adolescência* (dos 15 aos 17 anos, período de escolarização obrigatória e de inserção laboral apenas sob certas condições); o período de inflexão representado pelo término da educação básica e, com maior frequência, de início da trajetória laboral (18 a 24 anos), e o trecho final (25 e 29 anos, com uma predominância de situações de responsabilidades familiares mais exigentes). Além da idade, sempre que possível, o momento da vida familiar no qual os jovens se encontram (se ainda moram com a família de origem, se são casados, se já têm filhos), que tanto condicionam como dão significados distintos às dimensões das atividades educacionais e laborais. Essa perspectiva permitiu adensar o debate sobre o eixo da conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar e produzir uma nova compreensão sobre o fenômeno dos “jovens que não estudam nem trabalham”.

A construção do diagnóstico permitiu avançar na compreensão compartilhada sobre a manutenção da presença e a importância do trabalho na vida dos jovens, assim como visualizar importantes mudanças ocorridas no país entre 2006 e 2014 nas condições de acesso e exercício do direito ao trabalho e à educação. Também decidiu-se elaborar um inventário sobre as políticas públicas para a juventude implementadas desde 2006, para facilitar a análise do que propor em termos de continuidade e/ou mudanças nas estratégias de enfrentamento dos desafios elencados.

Os dados sobre a situação educacional evidenciaram importantes avanços no período analisado: aumento da frequência total e da frequência líquida em todas as faixas etárias e todas as faixas de renda; aumento de acesso a todos os níveis de ensino, na média de anos de escolaridade, no fluxo escolar, na porcentagem de jovens com Ensino Médio e Ensino Superior. Mas também evidenciaram o quanto esses índices não eram satisfatórios e estavam longe de alcançar as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (pne). Por isso mesmo, o eixo relativo à educação (mais e melhor educação) continua central no PNTDJ, reunindo quase metade de todas as proposições elencadas. Além disso, o problema da qualidade da educação ofertada e as formas de enfrentá-lo foi amplamente discutido pelo Subcomitê e constituiu um ponto de debate e tensão até o fim dos seus trabalhos.

Uma questão que merece destaque é que, em todos os indicadores analisados, as melhorias foram mais acentuadas para os mais excluídos (os mais pobres e os negros, por exemplo), indicando uma redução das disparidades; não o suficiente para superar as enormes desigualdades existentes, sobretudo as de renda, mas importantes porque indicam uma tendência no período assinalado. Esse ponto foi bastante sublinhado nos debates do Subcomitê e a interpretação de que a redução da desigualdade pode ser vista como resultado positivo das políticas de inclusão e ações afirmativas adotadas no período, apresentada pela bancada governamental, acabou sendo incorporada no texto final do Plano.

Esses foram alguns dos pressupostos iniciais na construção do PNTDJ. O que se pretende enfatizar a partir daqui, são os avanços e as tensões em alguns temas, particularmente relevantes para o campo dos estudos da juventude e para a formulação de ações públicas dirigidas a esse segmento, especialmente no campo do trabalho.

Implicações e possibilidades para a conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar

Um dos avanços mais importantes do processo de formulação da ANTJ e do PNTDJ foi o de evitar olhar para a questão do trabalho como um elemento isolado na vida dos jovens. Um dos eixos centrais da Agenda e do Plano focaliza as possibilidades de “conciliação entre trabalho, escola e vida familiar”, e o debate desenvolvido em torno dele propiciou algumas das contribuições mais significativas para a ampliação da agenda pública

sobre trabalho e juventude, levantando temas até então pouco priorizados e revelando a quase ausência de políticas. Entre estes temas, a magnitude do trabalho não remunerado exercido pelas jovens mulheres no âmbito doméstico (principalmente no cuidado com as crianças, idosos, enfermos, pessoas com deficiência), a questão da mobilidade urbana e a necessidade de pensar as jornadas de trabalho e de estudo de forma conjunta e articulada.

Como já destacado, em países como o Brasil, educação e trabalho constituem percursos muitas vezes paralelos nas trajetórias dos jovens. Os dados da PNAD 2014 revelam que uma parcela significativa dos jovens se esforça para conciliar trabalho e estudo, especialmente entre os 15 e 17 anos de idade (14,5%) e os 18 e 24 anos de idade (14,4%), o que representa, em termos numéricos, 1,5 milhão de adolescentes e 3,2 milhões de jovens. No entanto, não são poucas as dificuldades para essa conciliação, bem como para a dedicação à vida familiar, à cultura e ao lazer, dada a atual realidade das jornadas no mercado de trabalho brasileiro, à falta ou deficiência de serviços e equipamentos de cuidado (como creches) e aos problemas de mobilidade urbana.

Uma das conclusões da pesquisa Transição Escola-Trabalho, realizada pela OIT (Guimarães, Marteleto e Brito, 2016) é que a sobreposição das atividades de estudo e trabalho tem faces distintas, sobretudo em função da idade e do momento da trajetória em que ocorre, do tipo de trabalho exercido e de outras condições da família. Os debates no Subcomitê, em diálogo com diversas pesquisas produzidas sobre o assunto, contribuíram para compreender as condições em que este entrecruzamento de percursos acontece e para pensar estruturas de suporte para os jovens que vivem essa situação.

O tema dos horários e da extensão das jornadas, tanto laborais como escolares, foi um dos principais pontos do debate travado no Subcomitê. A jornada de trabalho ainda é bastante elevada para o conjunto dos trabalhadores do Brasil e especialmente para a juventude. No entanto, são inexistentes as ações específicas visando à organização de jornadas de trabalho especiais para jovens trabalhadores-estudantes. Além disso, observa-se um alto grau de descumprimento de direitos previstos na legislação trabalhista, como possibilidade de faltas nos dias de prova. Este é um dos temas que mais geram demandas nas negociações coletivas que tratam das questões dos jovens trabalhadores (CUT, 2014). Por outro lado, as instituições educativas muitas vezes ignoram a condição de

trabalhador de seus estudantes e não facilitam a organização de seu calendário e grade horária para permitir a sua frequência escolar adequada.

A proposição sobre o estabelecimento de jornadas mais curtas para jovens, contudo, não foi acordada, por resistência da bancada dos trabalhadores, que enxergam nesse tipo de medida uma abertura para a desvalorização dos salários. Mas foi acordado o desafio de propor “organização de jornadas de trabalho que permitam o acesso e a permanência dos jovens trabalhadores e estudantes na educação básica, profissional e superior, ou que garantam seu retorno às atividades escolares” e no de “aprimorar e criar novos mecanismos para melhoria da mobilidade urbana relacionadas ao deslocamento para os locais de estudo e de trabalho”.

Duplas e triplas jornadas: tarefas domésticas e responsabilidades familiares

Em 2014, os jovens no Brasil dedicavam, em média, 16,5 horas semanais ao trabalho doméstico não remunerado e de cuidados. Somando o tempo médio dedicado ao trabalho remunerado (40 horas semanais), a jornada total de trabalho dos jovens no seu conjunto ascendia a 56 horas semanais. Mas essa carga de trabalho está longe de ser homogênea. Para as jovens mulheres, a jornada total de trabalho (que considera a jornada de trabalho remunerado exercida no mercado de trabalho, os afazeres domésticos e o tempo de deslocamento casa-trabalho) é significativamente mais elevada (58 horas e 30 minutos semanais) que a dos homens (49 horas e 30 minutos). Apesar de trabalhar em média 3 horas a menos que os homens no mercado de trabalho, as jovens mulheres dedicam mais que o dobro de horas aos afazeres domésticos (20 horas semanais) que os jovens homens (9 horas semanais) (PNTDJ, 2016). Essas cifras indicam a persistência, entre as novas gerações, da divisão sexual do trabalho e de estereótipos de gênero que atribuem às mulheres as responsabilidades com o cuidado da família e com a organização doméstica. Considerando a situação dos jovens com filhos, as desigualdades se multiplicam, pois a possibilidade de conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar é ainda mais complexa. Segundo os dados da PNAD2014, entre os/as jovens pais e mães, independentemente do sexo ou faixa etária, o tempo médio dedicado aos afazeres domésticos chega a ser 11 horas superior ao daqueles/as que não tem filhos/as. Essa situação está claramente relacionada ao déficit de políticas e sistemas de cuidado: apenas 13,4% dos/as adolescentes que se

tornaram pais/mães entre os 15 e 17 anos tinham acesso a creches, percentual que se elevava a 33,9%, entre aqueles/as de 18 a 24 anos e a 47,2%, entre os/as de 25 a 29 anos. O percentual de jovens pais/mães de baixa renda (20% mais pobres) e de negros/as e indígenas que contam com esse tipo de serviço é significativamente menor do que aquele verificado entre os jovens oriundos de famílias de estratos de renda mais elevado e de brancos/as e amarelos/as. A falta de creches também é vivida como uma situação mais aguda para jovens do campo (Brasil, 2014)

Embora o tema tenha sido bastante aprofundado nos debates do Subcomitê, nem todas as estratégias relacionadas a esse desafio puderam ser acordadas, como as que postulavam a ampliação das licenças maternidade e paternidade.¹⁶ Outros consensos, no entanto, foram estabelecidos em torno da diretriz de *“criar mecanismos que permitam acesso, a continuidade e/ou o retorno aos estudos e ao trabalho para as jovens mães e para os jovens pais”* (como o fortalecimento da proposta de expansão das creches e de escolas de tempo integral) e algumas soluções inovadoras, como as *salas de acolhimento*¹⁷ em programas de educação para jovens adultos.¹⁸

Os jovens “sem estudo e sem trabalho”

A outra face dessa multiplicidade e sobreposição de atividades é a situação de estar, ao mesmo tempo, fora do mercado de trabalho e de processos formais de educação ou formação. Esse tem sido um tema recorrente da produção de diagnósticos sobre a condição juvenil, gerando uma definição desta situação como “a mais vulnerável” e aquela que mais demanda atenção e ação de intervenção por parte do Estado. Configurando-se como um dos mais importantes pontos debatidos pelo Subcomitê, significativos reenquadramentos foram produzidos em relação a essa situação. Em primeiro lugar, a necessidade de rever o próprio

16 As bancadas dos trabalhadores e do governo propuseram formulações nesse sentido, mas a bancada dos empregadores não aceitou.

17 Espaços de atendimento nas escolas que buscam proporcionar condições adequadas de segurança e bem-estar às crianças, no período em que seus pais estão frequentando as aulas.

18 Como foi desenvolvido, em caráter experimental, no Projovem Urbano, programa de elevação da escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos de idade, inicialmente formulado pela Secretaria Nacional de Juventude e posteriormente incorporado pelo Ministério da Educação, depois que se constatou que a maioria dos jovens matriculados no programa eram mulheres com filhos pequenos e encontravam grandes dificuldades de frequentar as aulas noturnas por não terem com quem deixar seus filhos pequenos nesse horário.

conceito e dimensionamento dessa situação, em especial a ideia de associá-la a atributos de segmentos de jovens, e não a situações que se interpoem em suas trajetórias. Nesse sentido propôs-se alterar o termo corrente no debate e na literatura, de jovens que não estudam e nem trabalham (“jovens nem nem”), para a de jovens que não estão estudando e nem ocupados no mercado de trabalho (e que foram denominados, nas discussões do Subcomitê, de jovens “sem-sem”).¹⁹

O esforço de diagnóstico foi, então, o de qualificar e dimensionar melhor as diferentes situações que aparecem encobertas por essa ideia de uma “dupla inatividade”. Em primeiro lugar, ela não revela a grande quantidade de trabalho doméstico não remunerado exercido sobretudo pelas jovens mulheres no interior dos próprios domicílios, e inclui um conjunto diverso e variado de outras situações, tais como a dificuldade de encontrar trabalho e condições para continuidade dos estudos ou a interrupção temporária do percurso regular de escolarização ou de trabalho para dedicação a algum tipo de formação não escolar. Uma primeira necessidade foi a de diferenciar o peso e significado das distintas *situações de inatividade conforme o momento da trajetória dos jovens*, identificando em que momentos elas ocorrem com mais frequência: a descoberta foi que não é na adolescência, mas sim após os 20 anos, que esse fenômeno tem mais peso. A segunda foi tentar entender, além dos determinantes de gênero, também os de renda, raça, escolaridade e situação de domicílio nessa condição. Essa análise evidenciou uma vez mais o fato de que as mulheres jovens, principalmente as com filhos pequenos, são muito mais propensas a estarem nessa situação.

Outro ponto bastante debatido no âmbito do Subcomitê, foi o de que a supervalorização do diagnóstico dos “nem nem” como o problema principal na agenda ou como indicador central da experiência de uma geração pode contribuir para a produção de estigmas (os jovens como desinteressados, desfiliaados e propensos à apatia ou ao crime) e também para a invisibilidade das condições estruturais do mercado de trabalho e dos déficits nas políticas de proteção social, em particular no que se refere às políticas de cuidado. Pode, nesse sentido, ter profundas implicações para as políticas públicas destinadas aos jovens, fortalecendo uma perspectiva que se buscava superar, de centrar as ações apenas sobre a sua

19 Fucks (2001) destaca que a disputa se processa tanto em torno das questões a serem incluídas na agenda, como no que diz respeito aos termos em que os problemas são definidos.

“empregabilidade”, em detrimento das observações relativas às condições de trabalho e a estrutura do mercado de trabalho.

A despeito de divergências e falta de consenso relativos a várias estratégias neste eixo, a pactuação dos desafios a superar, relatados acima, já implicam um importante avanço da agenda. Nesse sentido, as posições elaboradas no Subcomitê possibilitaram o estabelecimento de um diálogo com outros atores e instituições que produzem indicadores, análises e recomendações de políticas relacionadas ao trabalho dos jovens no âmbito nacional e internacional, como o IBGE, a OIT e a CEPAL. Essa nova posição a respeito do tema já teve como resultado, por exemplo, mudanças na forma de coleta dos dados sobre a situação de atividade dos jovens por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,²⁰ que busca agora um maior detalhamento das diferentes situações de atividade e inatividade dos jovens e inclui perguntas sobre os motivos da inatividade.

A qualidade do trabalho dos jovens

Com relação aos dados sobre a situação do trabalho dos jovens, foram identificados avanços notáveis nos últimos anos, representados, sobretudo, pela diminuição do trabalho infantil, pela diminuição da taxa de participação de adolescentes (o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos ocupados caiu de 26,7% em 2006 para 19,6% em 2014, uma variação de menos 26,6%), pela queda do desemprego (a taxa de desemprego dos jovens de 16 a 29 anos caiu de 15,5% em 2006 para 12,8% em 2014, uma variação de menos 17,5%) pela queda da taxa de informalidade (que cai de 51,2% em 2006 para 37,9% em 2014, queda maior que a verificada na população como um todo), e pelo aumento do rendimento do trabalho: embora sempre mais baixos que os salários dos adultos, o rendimento médio do salário dos jovens trabalhadores entre 16 e 29 anos subiu de R\$ 767,20 em 2006 para R\$ 1.080,09 em 2014 e a proporção de jovens trabalhadores recebendo menos de 1 salário mínimo caiu de 29,7% em 2006 para 20,10% em 2014, o que representa uma variação de menos 32% (Brasil, 2011; PNTDJ, 2016).

Tais tendências foram compreendidas, no âmbito do debate do Subcomitê, como fazendo parte do conjunto de “importantes avanços no

20 Inclusive na Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua, novo instrumento de coleta das informações periódicas do IBGE.

comportamento do mercado de trabalho, resultados positivos na criação de empregos e conseqüente redução das taxas de desemprego, maior formalização dos vínculos de trabalho, expressiva valorização do salário mínimo e aumento da remuneração média do trabalho, bem como a redução de desigualdades” (PNTDJ, 2016: 15).

Ao mesmo tempo, também nesse caso, os avanços não diminuem a magnitude do desafio de garantir trabalho decente para os jovens: o texto do Plano alerta para o fato de que o desemprego, a informalidade, os baixos salários, a falta de proteção previdenciária, continuam altas para esse segmento etário, e podem se agravar muito rapidamente numa reversão do contexto econômico e político. Outra questão relevante do diagnóstico é a constatação que, nesse quadro, os deslocamentos nas relações de desigualdade não se fizeram de modo homogêneo nem com a mesma intensidade que o observado no quadro sobre a educação. Preocupa, nesse sentido, principalmente, a persistência da desigualdade racial, no caso das taxas de desemprego, e da desigualdade de renda, no caso da precariedade (informalidade) das condições de trabalho.

Foram incorporados avanços interpretativos sobre o fenômeno do desemprego juvenil, a partir de novos estudos sobre a rotatividade entre os jovens trabalhadores (Corseuil *et al*, 2014), nos quais se constata que tão ou mais significativo que o problema do “primeiro emprego” está a dificuldade de “se manter no emprego”, o que está relacionado entre outros fatores à existência de “vagas de baixa qualidade”, mesmo em setores formais da economia, que trocam de trabalhadores a cada período, sempre com o mesmo perfil (jovens com baixa escolaridade). Muitos dos desafios que o Subcomitê se dispôs a responder estão ligados ao enfrentamento das dificuldades de inserção e permanência no emprego; mas uma parte significativa da elaboração do subcomitê foi voltada as questões relativas à qualidade do trabalho dos jovens e seu direito à proteção social (Brasil, 2010; Corrochano e Abramo, 2016; PNTDJ, 2016).

Desse modo, avançou-se significativamente não só sobre o dimensionamento dos problemas enfrentados pelos jovens no mundo do trabalho, mas também nas formas de enfrentá-los. Esse processo trouxe à cena questões geralmente pouco discutidas e extremamente relevantes quanto às suas condições de trabalho, estabelecendo-se um conjunto significativo de prioridades, como: o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de um ambiente de trabalho que possibilite ao jovem um aprendizado contínuo, exigindo maior fiscalização para o cumprimento das normas que

resguardam os direitos dos trabalhadores que estudam; a avaliação permanente das condições de trabalho em termos de sua remuneração, salubridade, segurança, condições materiais, alimentação e transporte, para a elaboração de políticas voltadas a sua melhoria; o aprofundamento de diagnósticos sobre condições geradoras de acidentes de trabalho e doenças profissionais entre a juventude trabalhadora, o direito à sindicalização e à negociação coletiva, dentre várias outras.

Mas foi justamente nesse âmbito que ocorreu um maior e mais profundo conjunto de tensões entre os diferentes atores do Subcomitê, entre os quais se destaca a questão da informalidade. O debate sobre esse tema foi um dos mais controversos no âmbito do Subcomitê. Tomado, no início, como um dos principais indicadores da qualidade do trabalho do jovem, as divergências manifestadas, principalmente pelos representantes das organizações de empregadores, diziam respeito às suas causas, às medidas necessárias para combater o problema, e, no final, sobre o próprio conceito de informalidade, assim como sobre a “oportunidade” de considerar esse um indicador relevante da situação do trabalho dos jovens. As divergências de interpretação dos dados e de compreensão das causas da informalidade estão registradas no estudo que o IPEA realizou com integrantes do Subcomitê da Juventude, ente 2013 e 2014, com o objetivo de captar a compreensão destes atores sobre o tema da informalidade entre os jovens (Silva *et al.*, 2015).

O estudo indica que a maioria dos empregadores entrevistados atribuiu o problema exclusivamente às características e ao nível de qualificação dos jovens: eles ocupariam empregos de baixa qualificação e informais por terem baixa escolaridade, ou escolaridade de má qualidade, e pouca ou nenhuma qualificação profissional; na sua perspectiva, portanto, as políticas públicas mais eficazes seriam aquelas que apostam na elevação da escolaridade e no estímulo à qualificação profissional. Já os representantes dos trabalhadores interpretam o problema da informalidade como oriundo do processo de flexibilização e destruição de direitos ocorridos nos anos 1990, que ainda repercutem no período atual e que fazem com que os segmentos mais vulneráveis, entre eles os jovens, tenham um acesso restrito a empregos formais e de qualidade. Cobram, nesse sentido, posição governamental de combate à precarização, fiscalização e atuação no caso das violações dos direitos dos trabalhadores.

Os representantes governamentais entrevistados, por sua vez, entendem o problema como resultado tanto do perfil de escolaridade dos

jovens como de características estruturais do mercado de trabalho, envolvendo questões históricas e culturais vinculadas ao modelo de desenvolvimento econômico e social do país, que comporta a manutenção de vagas de baixa qualificação “destinadas” a jovens no início de sua trajetória laboral e que resistem às políticas de combate à informalidade. Neste sentido, postulam a continuidade, expansão e aperfeiçoamento das políticas em curso no momento de realização das entrevistas, tanto as de elevação da escolaridade (principalmente as de acesso e permanência no ensino superior e técnico) e de qualificação profissional (principalmente através do programa nacional de formação profissional iniciado em 2011, o PRONATEC), assim como as diversas políticas de combate à informalidade e de extensão da cobertura da previdência e da proteção social em geral. Além disso, postulam o reforço e aperfeiçoamento de políticas de inserção protegida de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, como as ações de cumprimento da Lei da Aprendizagem.

Diante dos embates, o desafio que emergiu do diagnóstico foi o de “criação de mecanismos de combate à informalidade e a ampliação da cobertura de proteção social”, mas as divergências com relação às proposições de enfrentamento do tema acentuaram-se no momento de aprovar as estratégias de ação e uma série de impasses demonstrou a inviabilidade de produzir consensos sobre este tema. Os embates também revelaram que divergências mais amplas e profundas sobre a questão da manutenção e ampliação dos direitos do trabalho estavam se agravando no cenário nacional, refletindo-se nas possibilidades de pactuação no ambiente do Subcomitê, sendo, possivelmente, um dos desencadeadores da posição tomada pela bancada dos empregadores, para não subscrever o texto do Plano.

Embora o Plano não tenha sido finalizado e chegado à esfera da implementação, o acúmulo de informações e conhecimento partilhado, assim como as pactuações alcançadas em torno de certas diretrizes podem ter importantes reverberações, inclusive na arena de disputas em torno de outras agendas, como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde a preocupação com o tema do trabalho dos jovens está expressa, no objetivo 8, na meta 8. “reduzir a taxa de desemprego dos jovens” e na meta 8.6: “até 2020 reduzir consideravelmente a proporção de jovens que não estão empregados e não estão cursando estudos e nem recebendo capacitação”. A posição levada por atores que viveram o processo de elaboração do PNTDJ aos fóruns de definição

dos parâmetros e metas nacionais dos ODS alertam para a necessidade de incluir também indicadores relacionados à qualidade dessa inserção, com o objetivo de avançar na garantia dos direitos do trabalho e da proteção social para os jovens.

A experiência acumulada na formulação da ANTDJ e do PNTDJ fornece certos parâmetros para a orientação deste e outros debates. Assim, por mais que a versão final do Plano não tenha sido aprovada por todas as bancadas, continua sendo um importante documento de referência a orientar a posição e atuação dos que se alinham em torno da promoção do direito a um trabalho decente para a juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens do Brasil vivenciaram nesta última década e meia uma experiência geracional comum. Na perspectiva de Mannheim (1993: 221), a participação em uma mesma geração vai muito além do tempo cronológico ou da “mera contemporaneidade biológica”. Ela vincula-se de maneira intensa à possibilidade de participação em eventos e vivências comuns em um determinado período histórico que podem (ou não) levar os sujeitos a certos modos característicos de agir, sentir, pensar etc., ou seja, a constituir certa subjetividade no que se refere às formas de processar os acontecimentos. Ainda que possamos continuar reconhecendo os múltiplos e desiguais modos de inserção da juventude brasileira na estrutura social, ou melhor dizendo, das “juventudes”, é inegável reconhecer que algumas mudanças afetaram esta geração como um todo.

Houve avanços em importantes indicadores, mais intensamente no campo educacional, mas também quanto às possibilidades de inserção no mundo do trabalho e à qualidade do emprego. Nessas duas dimensões, para além da melhoria do acesso, seja a um lugar na escola, seja a um trabalho decente, chama atenção a redução das desigualdades, particularmente quando consideradas a dimensão da renda, gênero e raça. Diferentes diagnósticos revelam, no entanto, que os avanços não obscurecem as contradições e limites ainda existentes para uma inserção digna e ativa no mundo do trabalho.

Em consonância com o processo de construção de políticas públicas de juventude no Brasil, os espaços de diálogo construídos em torno do Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude para a construção de uma Agenda e de um Plano Nacional de Trabalho Decente para a

Juventude avançaram na perspectiva de reconhecer a singularidade da condição juvenil e da experiência geracional nas condições de acesso e permanência no mundo do trabalho, tendo como ponto de partida a intensa presença do trabalho na trajetória da juventude brasileira. Ao lado disso, também contribuíram para a elaboração de eixos e diretrizes articulando o trabalho a outras dimensões da vida juvenil, particularmente a educação e a vida familiar, além de reconhecer a diversidade e as desigualdades nos múltiplos e reversíveis percursos para a vida adulta (Corrochano e Abramo, 2016; Corrochano, 2012; Guimarães, Marteleto e Brito, 2016; País, 2001).

Evidenciando a necessidade e importância de analisar os dados e construir diretrizes e políticas específicas para jovens no campo do trabalho, considerando as diferenças entre as faixas de idade no tempo da juventude, a renda familiar, a região de moradia e as dimensões de gênero e raça, a construção da Agenda e do Plano foram fundamentais para não apenas reconhecer as múltiplas transições juvenis, mas também para avançar em acordos e consensos que permitiram construir diretrizes e ações para enfrentar as desigualdades existentes.

Porém, nesses espaços de diálogo também se revelaram um conjunto de tensões e conflitos, especialmente considerando a pluralidade de atores neles presentes - organizações sindicais e de empregadores, gestores públicos, sociedade civil. O debate sobre a condição juvenil no mundo do trabalho e as ações necessárias para seu enfrentamento, explicitaram percepções e orientações divergentes em relação a várias questões, dentre as quais, mais intensamente exploradas por esse artigo, dimensões relativas à qualidade da educação e do trabalho, jornada de trabalho, informalidade e a situação dos jovens que não estudam e não estão ocupados no mercado de trabalho. As tensões e divergências presentes, ao contrário do que havia ocorrido alguns anos antes com a ANTDJ (Corrochano e Abramo, 2016), impediram, na conjuntura de 2015/2016, a aprovação final de um Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. No entanto, o conjunto de diretrizes construídas, algumas das quais aqui apresentadas, contribuiu de maneira significativa para o avanço do olhar e do debate público em torno da questão, permanecendo com um importante documento capaz de continuar influenciando esse debate, assim como novos estudos e diagnósticos e a formulação de políticas públicas, estratégias sindicais e empresariais.

Desde a aprovação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, no entanto, o que se observa é a suspensão e enfraquecimento dos canais de diálogo em torno desses temas, assim como a proposição e ou aprovação de reformas legislativas e constitucionais no campo da educação, dos direitos trabalhistas e previdenciários e do financiamento das políticas sociais que, aliados à acentuada deterioração dos indicadores de mercado de trabalho (entre eles a expressiva elevação das taxas de desemprego geral e dos jovens) dificultam a continuidade da promoção de uma agenda de trabalho decente no país. Nesse contexto, os trabalhos do Subcomitê de Trabalho Decente para Juventude foram interrompidos, bem como os esforços para consolidar e aprovar as diretrizes do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Contudo, as disputas em torno desse tema, que não são novas, ainda não cessaram. Essa mesma geração de jovens, que viveu uma experiência inédita na conquista de direitos e na possibilidade de viver processos mais intensos de inclusão social, também experimentou a possibilidade de construir sua cidadania durante o mais longo período democrático vivido pelo país, fazendo-se presente de forma significativa nos espaços e processos de participação e assumindo o protagonismo em vários dos mais significativos eventos de mobilização social e política. A linguagem e a ideia de direitos estão fortemente incorporadas ao seu vocabulário, como apontam pesquisas recentes (Souto, 2016).

Ainda que não se possa dizer que as respostas da atual geração de jovens sigam em uma mesma direção, é possível apostar que muitos embates se desenvolverão, vide o intenso processo de mobilização por meio da ocupação de diferentes espaços públicos protagonizados, principalmente nas escolas públicas, por jovens em todo país, na resistência a reformas que restringem os seus direitos. O tema da inserção laboral dos jovens, assim como o da qualidade desta inserção continua na pauta, e extrapola o cenário nacional, configurando-se em importantes agendas de pactuação regional e mundial, como é o caso das metas propostas para o trabalho dos jovens na Agenda 2030. A experiência acumulada na formulação da ANTDJ e do PNTDJ pode fornecer parâmetros para a orientação da atuação nesses cenários, nos quais a afirmação da agenda de direitos, da inclusão social e da igualdade adquire um lugar central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) (2017), *Boletim Especial: Resistências*, ano V, vol. 22, agosto de 2016. Rio de Janeiro, ANPED. Em: <<http://www.anped.org.br/news/boletim-especial-anped-resistencias-agosto-de-2016>>. Consultado em: 04 de junho de 2017.
- Abramo, Helena Wendel (1997), “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Juventude e Contemporaneidade*, n. 6/7. São Paulo, ANPED, pp. 25-36.
- (2005), “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Branco (orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo.
- Abramo, Laís Wendel (2010), “Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta”. *Revista Bahia Análise & Dados*, v. 20, n. 2/3, jul./set. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Secretaria do Planejamento e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes.
- (2013), “Trabalho decente e juventude no Brasil: a Construção de uma agenda”. *Boletim Mercado de Trabalho*, n. 55. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pp. 12-24.
- (2015), *A agenda de promoção do Trabalho Decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social*. Brasília, OIT.
- Abramo, Laís Wendel, Andrea Araujo e A. Bolzon (2013), “Tripartismo e participação social: potencialidades e desafios do encontro entre dois processos na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente”. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 18, n. 30. ALAST, pp. 211-248.
- Avritzer, Leonardo (2012), *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, maio (Texto para Discussão, n. 1739).
- Brasil (2006), *Agenda Nacional de Trabalho Decente*. Brasília, MTE.
- (2010), *Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente*. Brasília, MTE.
- (2011), *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*. Brasília, MTE.
- (2014), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Brasília, IBGE.
- Camarano, Ana Amélia (org.) (2006), *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro, IPEA.

- Casal, Joaquim, (1996), “Modos emergentes de la transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI”. In: Congreso Internacional ‘Growing up Between Centre and Periphery’, Lisboa. *Jovens em mudança - ATAS*. Lisboa, mai.
- Central Unica dos Trabalhadores (CUT) (2014), *Terceirização e negociações coletivas*. São Paulo, FES-CUT.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2016a), *Desarrollo social inclusivo. Una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, CEPAL.
- (2016b), *La matriz de la desigualdad social en América Latina*. Santiago de Chile, CEPAL.
- Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) (2006), *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude/ Fundação Friedrich Ebert.
- Constanzi, Rogerio (2009), *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho.
- Corrochano, Maria Carla (2012), *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo, Annablume/FAPESP.
- (2015), “Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior”. *Avaliação*, v. 18, n. 1, pp. 23-44.
- Corrochano, Maria Carla y Laís Wendel Abramo (2016), “Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda”. *Linhas Críticas*, v. 22, n. 47, jan./abr. Brasília DF, pp. 110-129.
- Corrochano, Maria Carla et al. (2008), *Jovens e Trabalho no Brasil – Desigualdades e Desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo, Ação Educativa.
- Corrochano, Maria Carla e Marilena Nakano (2009), “Jovens e Trabalho”. In: Marília Pontes Sposito (org), *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte, Argvmentvm.
- Corseuil, Carlos Henrique e Rosana Ulhôa Botelho (2014), *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA.
- Corseuil, Carlos Henrique, Miguel Foguel, Gustavo Gonzaga, Eduardo Pontual Ribeiro (2014), “A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro”. In: Carlos Henrique Corseuil e Rosana Ulhôa Botelho, *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 157-174.

- Corseuil, Carlos Henrique e Mauricio Franca (2015), *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho (OIT)/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Corti, Ana Paula, Maria Carla Corrochano e J. Alves (2016), “Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas”. *Educação e Sociedade*, vol. 37, n. 137, out.-dez., pp. 1159-1176.
- Costa, Joana Simões de Melo e Luis Felipe Batista de Oliveira (2015), *Mais e Melhor Educação dos jovens brasileiros no período 2006-2013*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho (OIT)/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Dagnino, Evelina. (2004), “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. *Política e Sociedade*, n. 5, outubro.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2012), *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo, DIEESE.
- Dubar, Claude (2001), “La construction sociale de l’insertion professionnelle en France”. In: Laurance Roulleau-Berger e Madeleine Gauthier. (eds.), *Les jeunes et l’emploi*. Paris, Editions de l’Aube.
- Dubet, François (2001), “Entrée dans la vie et socialisation en France”. In: Laurance Roulleau-Berger e Madeleine Gauthier (eds.), *Les jeunes et l’emploi*. Paris, Editions de l’Aube.
- Femenía, Ana Maria Garcia et al (2007), *Proyecto Fortalecimiento de los Mecanismos Institucionales para el Diálogo Social: Diálogo Social Institucionalizado en América Latina. Estudio comparado de Argentina, Brasil, Ecuador, México y Perú*. Lima, OIT. Documento de trabajo núm. 207.
- Ferreira, Vitor Sérgio e Cátia Nunes (2014), “Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa”. *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 18, n. 3, nov. 2013/ fev. 2014, pp. 169-206.
- Fucks, Mário (2001), *Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social*. Rio de Janeiro, BIB, n. 49.
- Gonzalez, Rogério (2009), *Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?* Rio de Janeiro, IPEA.
- Guimarães, Nadya, Leticia Araújo Marteleto e Murilo Marschner Alves de Brito (2016), *Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho. Padrões e Determinantes*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho.

- Hasenbalg, Carlos (2003), "A transição da escola ao mercado de trabalho". In: Carlos Hasenbalg e Nelson Vale Silva, *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- Kingdom, John (1995), *Agendas, alternatives and public policies*. New York, Harper-Collins.
- Lagree, Jean Charles (1992), "De la sociologie de la jeunesse a la sociologie des generations». *Les Sciences de l'Education*, n. 3-4, pp. 19-27.
- Levi, Giovanni e Jean Claude Schmitt (1996), "Introdução". In: Jean Claude Schmitt (org.), *História dos jovens*, v. 1. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 7-19.
- Madeira, Felícia (2004), "A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações – o caso do primeiro emprego". *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2. São Paulo, pp. 78-94.
- Mannheim, Karl (1993), "El problema de las generaciones". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62. Madrid, pp. 192-242.
- Martuccelli, Danilo (2002), *Grammaires de l'individu*. Paris, Gallimard.
- Miranda, Ana (2015), « Aportes para una lectura crítica del vínculo entre la juventud, la educación y el mundo del trabajo ». In : A. Miranda, *Sociología de la educación y transición al mundo del trabajo*. Buenos Aires, Teseo, pp. 77-102.
- Morrow, Virgínia (2014), "Social justice and youth transitions: understanding young people's lives in rural Andhra Pradesh, India and Ethiopia". In: Johanna Wyn e Helen Cahill (orgs.), *Handbook of Childhood and Youth*. Singapura, Springer.
- OCDE (2013), *Investimentos na Juventude: Brasil*. Disponível em <<http://www.oecd.org/education/lanamento-investimentos-na-juventude-brasil.html>>. Consultado em: 06/07/2017.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (org.) (1999), *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. Brasília, OIT.
- (2007), *Trabalho decente y juventude: América Latina*. Lima, OIT.
- (2015), *Juventude e trabalho informal no Brasil*. Brasília, OIT.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto, Âmbar.

- Participatório – Observatório Participativo da Juventude (2013), *Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Brasília, Secretaria Nacional de Juventude.
- Plano Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (PNTD) (2016), “Documento preliminar”. Brasília, OIT. [Mimeo].
- Pochmann, Márcio (org.) (2003), *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez.
- Rocha, Heber Silveira (2012), “Juventude e Políticas Públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Administração Pública e Governo da FVG . São Paulo.
- Rua, Maria das Graças (1998), “As políticas públicas e a juventude nos anos 90”. In: Brasil, Ministério do Planejamento e Orçamento, *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, MPO.
- Silva Enid, Débora Macedo e Marina Figueiredo (2015), *Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho (OIT); OIT Escritório no Brasil/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Silva Enid et al. (2015), *A informalidade do trabalho da juventude no Brasil. O que pensam os integrantes do Subcomitê da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho (OIT); OIT Escritório no Brasil/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Souto, Ana Lúcia Silva (2016), “Juventude e participação”. In: Regina Novaes, Gustavo Venturi, Eliane Ribeiro e Diógenes. Pinheiro, *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro, UNIRIO.
- Sposito, Marília Pontes (2005), “Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil”. In: Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Branco (orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo.
- Sposito, Marília Pontes (org.) (2007), *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo, Global.
- Van de Velde, Cecile (2004), “Devenir adulte: sociologie comparée de la jeunesse en Europe”. Thèse (Referências Bibliográficas).
- Venturi Gustavo e Danilo Torini (2004), *Transições no mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil*. Genebra, OIT. Série Work 4 Youth, n. 25, dez.